



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1906449 - SP (2021/0169122-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : JAILDO DE ARRUDA BEZERRA LIMA  
**ADVOGADOS** : IONE TAIAR FUCS - SP026433  
PRISCILA FUCS - SP259742  
ALEXANDRE FUCS - SP206521  
**AGRAVADO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : MÁRCIA COLI NOGUEIRA - SP123280

### **DECISÃO**

Cuida-se de tutela de urgência apresentada por JAILDO DE ARRUDA BEZERRA LIMA, em que requer a concessão de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial interposto, sob o argumento de que deve ser fornecido o medicamento solicitado sem necessidade de instrução probatória com realização de perícia.

Assim se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre a presente controvérsia, conforme ementa a seguir transcrita (fl. 250):

SAÚDE. Mandado de segurança. Impetrante portador de diabetes 'mellitus' tipo. Pretensão ao fornecimento dos medicamentos e do sensor medidor de glicose mencionados na inicial. Necessidade do fornecimento não demonstrada. Inicial instruída com receituário médico insuficiente para comprovar a necessidade e a eficácia do medicamento, em detrimento dos tratamentos fornecidos pelo SUS, conforme o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, do REsp. 1.657.156/RJ. Dilação probatória inadmissível em sede de mandado de segurança. Direito líquido e certo não caracterizado. Sentença que concedeu a segurança. Recursos oficial, que se considera interposto, e voluntário providos, para denegar a segurança.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o

*fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

No caso em epígrafe, percebe-se a probabilidade de negativa de provimento do agravo em recurso especial diante da fundamentação apresentada na decisão de inadmissibilidade do recurso especial, o que leva à conclusão de ausência de fumaça do bom direito para a concessão da tutela de urgência.

Por outro lado, também não há demonstração do *periculum in mora*, não tendo o requerente desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão do efeito suspensivo ao recurso interposto, que justifique a atuação em regime de plantão.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte precedente jurisprudencial:

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TUTELA DE URGÊNCIA - PRETENSÃO VOLTADA À ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, A SER REMETIDO A ESTA CORTE NA FORMA DE ARESP - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A TUTELA PROVISÓRIA - AUSENTES OS REQUISITOS DO *FUMUS BONI JURIS* E DECISÃO TERATOLÓGICA OU CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE - FORTE PROBABILIDADE DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERENTES.**

1. A concessão da medida cautelar para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora.

**2. A probabilidade de negativa de seguimento do recurso especial demonstra a ausência do *fumus boni iuris*, requisito imprescindível ao deferimento da tutela de urgência.**

**3. Não se tratando de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência desta Corte, bem assim ausente a demonstração da plausibilidade do direito invocado, requisito imprescindível ao cabimento da pretensão cautelar, impõe-se o seu indeferimento.**

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl na Pet n. 11.773/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 17/ 8/2017, grifo meu).

Ante o exposto, diante da ausência do *fumus boni iuris*, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente